

Um decreto questionável

O Presidente interino José Sarney tentou neutralizar versões sobre o enfraquecimento do Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, utilizando um decreto concedendo-lhe a missão de negociar a dívida externa brasileira. Esse decreto seria, na verdade, desnecessário. Cabe, de qualquer forma, ao Ministério da Fazenda esse papel.

As notícias dando conta de atritos entre o Ministro do Planejamento, João Sayad, e Dornelles, vinham causando mal-estar no Palácio do Planalto. Tudo surgiu com os planos de emergência contra a fome e o desemprego, que custariam Cr\$15 trilhões de cruzeiros. Dornelles manifestou-se diversas

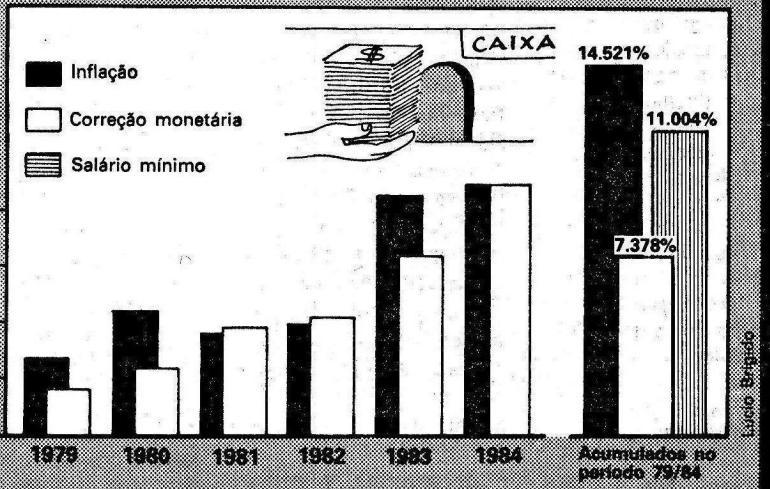
vezes contra esse plano, apoiado pelos economistas do PMDB.

Esse programas de emergência parecem, entretanto, refluir. O próprio Sayad já garantiu que não existem Cr\$ 15 trilhões disponíveis no Orçamento Fiscal. O Presidente interino José Sarney transferiu a reunião ministerial, marcada para a sexta-feira passada, para a próxima sexta. Nesse encontro, seriam anunciados os programas de emergência.

Um importante assessor de Sarney dizia que, na verdade, não se trata de um programa de emergência, mas planos setoriais, sem a dimensão inicialmente imaginada pela classe política.

Os grandes bancos americanos estão sorrindo menos este ano, segundo um levantamento feito pela revista *Business Week*. A renda líquida dos 200 maiores bancos caiu 2% no ano passado. Para se cobrir contra devedores duvidosos, alguns bancos, como o Banco de Boston, aumentaram essas reservas em 233%. O Continental de Illinois aumentou em 210% e o Bankers Trust em 188%. Mas se a parte externa dos empréstimos é problemática, também ajuda no lado dos depósitos: o Morgan capta de estrangeiros 62% do que tem em sua caixa, o Citicorp 53%, o Bank of América 31% e o Chase 52%.

Perda do poder aquisitivo



Um dos argumentos básicos dos sindicatos para justificar o aumento do salário mínimo é a perda de poder aquisitivo verificada nos últimos anos nas faixas mais baixas de renda. A defasagem é sensível no gráfico. Os números podem, entretanto, esconder fatores relativos, como os serviços públicos e benefício paralelos à população, a exemplo da própria defasagem nas dívidas com correção monetária. Como é impossível contabilizar este lado, o critério meramente salarial prevalece. E realimenta o debate